

O confronto pelo confronto

MARCELO FELIPE KHEIRALLA

Considerando o respeitável nível técnico do Sr. Bresser Pereira e de sua equipe, são no mínimo surpreendentes alguns aspectos da proposta de renegociação da dívida externa recentemente dada ao conhecimento público.

Surpreendentes, porque não solucionam o problema e nos colocam cada vez mais próximos de algum desfecho imprevisível e indesejável, pois não se pode imaginar mansa e longa passividade de quem é credor de mais de US\$ 100 bilhões.

Algumas vezes, quando uma empresa entra em regime de concordata, sabe-se que seus proprietários passam a comprar particularmente as dívidas existentes com deságio, o qual é aceito pelos credores em troca do recebimento imediato e parte do valor devido. É semelhante o propagado mercado de negociação com deságios de até 50 por cento da dívida brasileira, quando alguns credores vendem seus títulos para realizar parte dos mesmos. Já a proposta anunciada pelo Governo é de se apropriar desde já do deságio existente no mercado sem quitar o saldo remanescente e sem poder

apresentar nenhuma garantia de que o mesmo será liquidado nos prazos recontratados.

Na verdade, desde meados de 1985 temos vivido um aprofundamento do fosso que separa os responsáveis pela negociação da dívida, aprofundamento este que provém basicamente de um alto grau de miopia que vem acometendo nossas autoridades. Temos tido o confronto pelo confronto, e a cada insucesso uma nova radicalização, talvez para satisfazer e acalmar as esquerdas e manter o frágil equilíbrio político do Governo. O ponto alto desta miopia foi o anúncio da moratória como "ato soberano e maturado". Ora, é preciso não perder de vista a verdade dos fatos: fomos arrastados à moratória como consequência da situação de quase iliquidez a que chegamos quando o sonho doce e inebriante do Plano Cruzado acabou e acordamos para a dura realidade das dificuldades de nosso país. Mas esta é uma outra história que todos já conhecemos bem.

Agora que retomamos o caminho do comércio exterior, desprezado durante o processo de quase-albanização da economia que experimentamos em 1986, precisamos assumir algumas premissas fundamentais, repudiando atitudes isolacionistas.

Enquanto estivermos convictos de que a economia de mercado, trazida por um capitalismo moderno, é a melhor opção para nosso país inclusive como forma de garantia dos avanços políticos e das liberdades individuais, devemos conduzir a negociação de nossa dívida externa dentro de certos parâmetros mínimos existentes no sistema financeiro internacional, ao qual estamos estreitamente vinculados. Saliente-se aqui que as próprias potências comunistas têm voltado seus olhos a esta necessidade de participação integrada na economia mundial.

Evidentemente não se deseja que nossas autoridades não sejam firmes nas negociações e determinadas em seus objetivos. Pelo contrário, há necessidade de não se comprometer o crescimento do País e de debelarmos a inflação que a cada novo golpe mais desorganiza a economia interna. Também não podemos nos acomodar no sonho da moratória sem consequências, para não correremos o risco de tomarmos o mesmo susto vivido quando acordamos do Plano Cruzado.

Marcelo Felipe Kheiralla é administrador de empresas e Diretor da IAT — Companhia de Comércio Exterior.